



MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NOS DISCURSOS DE FRONTEIRA

Luís César Castrillon MENDES (UNEMAT)¹
Olga Maria CASTRILLON-MENDES (UNEMAT)²

Resumo: Este texto objetiva analisar um lugar social: a *Frenteira Oeste*, no contexto das demarcações dos limites territoriais, por parte da Coroa lusitana, junto aos vizinhos espanhóis, a partir da segunda metade do século XVIII. Pretende-se também fazer algumas considerações acerca do conflito armado que envolveu a Tríplice Aliança e a República do Paraguai (1864-70). Para tal *Operação Historiográfica*³ que, para efeitos destas reflexões, pode ser vista também como literária, selecionamos como fio condutor, três objetos históricos: o Marco do Jauru, símbolo de um desses tratados; a Rua da Tapagem, uma das inúmeras ruas que fazem referência a episódios da referida guerra e a *Retirada da Laguna*, narrativa elaborada durante a guerra e que se tornou uma de suas principais referências.

Palavras-chave: Memória. Narrativa. Representações.

Abstract: This paper aims to analyze a social place: West Frontier, in the context of demarcation of boundaries on the part of the Portuguese Crown, along with the Spanish neighbors, from the second half of the eighteenth century. It is also intended to make some considerations about the armed conflict involving the Triple Alliance and the Republic of Paraguay (1864-70). For this historiographical operation that for the purposes of these reflections, can also be seen as literary, selected as thread, three historical objects: the Marco Jauru, symbol of these treaties; the Street weir, one of the many streets that reference episodes of that war and the withdrawal of Laguna, narrative drawn up during the war and became one of his main references.

Keywords: Memory. Narrative. Representations.

Palavras iniciais

Lugares de memória podem ser vistos como “monumentos”, que, de acordo com o medievalista francês Jacques Le Goff, são heranças, um sinal do passado, aquilo que evoca o passado e perpetua voluntária ou involuntariamente a sua recordação⁴. Eles consistem principalmente no patrimônio arquitetônico que ocupam os centros citadinos, servindo como pontos turísticos. Analisados por Pierre Nora são um tipo de forma extrema onde subsiste certa consciência comemorativa das pessoas e que antes de tudo são “restos”⁵.

¹ Professor de História da UNEMAT/Cáceres. Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Professora de Literatura da UNEMAT/Cáceres. Dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Literários/PPGEL e do PROFLETRAS.

³ Cf. CERTEAU, Michel de. *Operação historiográfica*. In: **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002, p. 65-106.

⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

⁵ NORA, Pierre. **História e Memória**: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dezembro/ 1993.



Esses objetos, elevados à categoria de monumentos podendo ser uma Rua, um Marco de fronteira ou uma Narrativa consagrada e selecionada para ser uma das memórias oficiais, nos remetem a reflexões, cujo objetivo é chamar a atenção para os *lugares de memória*, locais onde se constroem, ou pelo menos deveriam construir experiências de vida, pois se constituem enquanto objetos simbólicos de nossa memória. Para isto, utilizaremos como fontes de análise a grande *Pirâmide* quadrangular, situada na Praça Barão do Rio Branco, na cidade de Cáceres - MT, desde 1883; uma rua que representa um episódio, no qual um fenômeno natural teria impedido uma suposta invasão paraguaia nessa mesma cidade, conhecida então como Vila Maria e, por último, um relato histórico-literário escrito originalmente em francês, por um brasileiro e que foi patrocinado pelo Império de Pedro II, à época do conflito da Tríplice Aliança. Tem-se, então, os objetos simbólicos representados: o *Marco do Jauru*, a *Rua da Tapagem* e *A Retirada da Laguna*, respectivamente.

Desta forma, objetiva-se, no presente texto, abordar a raia fronteiriça, a partir destes lugares de memória. O primeiro deles, o Marco do Jauru, no contexto das demarcações de limites entre as coroas portuguesa e espanhola. Para tanto, buscou-se abordar o Tratado assinado em Madri, através do ideário lusitano acerca da política expansionista relacionada à Fronteira Oeste⁶ implantada desde o início da colonização das terras americanas, no século XVI. Depois, abordando a instigante temática da guerra da Tríplice Aliança, procurou-se tecer alguns comentários referentes à manutenção da memória do conflito, através de criação ou mudança de nomenclatura das ruas, como a Rua da Tapagem, na cidade de Cáceres-MT. Por último, serão analisados alguns aspectos histórico-literários referentes à construção do relato do Visconde de Taunay, o texto a *Retirada da Laguna*, cujos primeiros capítulos foram publicados em 1868, no auge da guerra e num momento de construção de um projeto de identidade nacional e de integração da Corte, no litoral, aos *longínquos sertões*.

A fronteira em expansão e a materialização de um Tratado

O Marco do Jauru, símbolo do Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com Jaime Cortesão, é o único remanescente dos muitos monumentos semelhantes conduzidos até os longínquos lugares onde deveriam ser plantados. Depois do Tratado de El Pardo, em 1761, os espanhóis mandaram destruir todas as evidências da delimitação fronteiriça de 1750⁷.

⁶ Consideramos essa fronteira a porção de terras localizadas à oeste da colônia lusitana no Setecentos e da Província de Mato Grosso no Oitocentos, correspondente atualmente aos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul

⁷ CORTESÃO, Jaime Zuzarte. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Tomo II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 359.



A partir da demarcação da linha de Tordesilhas, estabelecida no papel, em sete de junho de 1494, começava-se um longo processo de expansão em direção ao território castelhano. Com o advento da União Ibérica (1580-1640), essa raia fronteira deixava de existir, pois o mesmo soberano passava a governar as duas potências marítimas da Península.

A concepção do território enquanto uma “ilha continente”, serviu como um programa geo-político para a fronteira oeste a fim de se colonizar a América lusitana, ordenando e orientando as estratégias desenvolvidas no Prata e no Amazonas. A Ilha -Brasil, de acordo com Jaime Cortesão, manifestava-se como um ideário essencialmente político e geográfico, encontrando sua mais alta expressão na cartografia. Foi uma reação direta ao Tratado de Tordesilhas.

Dessa forma, fixou-se o conceito de um Brasil, pelos exploradores lusitanos, enquanto uma vasta ilha amazônico-platina, dividida em várias outras ilhas e por outros rios, nascidos a partir de uma imensa lagoa, conhecida até as últimas décadas dos setecentos, por *Laguna del Xarayes*⁸, onde o curso do Amazonas se fundiria com o do Madeira, para ir ao encontro do Paraguai. Estabeleceu-se assim, o território nacional como um todo coerente, estruturado pela própria natureza, ocupado pela marcha da colonização e legitimado pela letra do Tratado entre as coroas portuguesa e espanhola⁹.

A linha demarcatória artificial de Tordesilhas, era burlada pelos lusitanos em prol da identificação com as fronteiras desenhadas pela natureza, nas quais as águas seriam as melhores delimitações. Essa grande ilha, apesar das distâncias de terra separando as águas, invocava uma verdade prévia, anterior à história, um território preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como uma realidade geográfica anterior à colonização.

Em meio a essas disputas de fronteiras entre os ibéricos surgiu uma espécie de acordo, assinado em 13 de janeiro de 1750, favorecido pelos laços parentescos que envolviam os reinos de Portugal e Castela, fundamentado justamente na expansão lusitana e tendo como embasamento jurídico um princípio do Direito Romano, *uti possidetis*, cuja efetivação contou com a hábil diplomacia de Alexandre de Gusmão (1695-1753), garantindo para a Coroa lusitana a posse das terras conquistadas.

⁸ Sobre a construção lendária da Laguna del Xarayes, a partir de relatos de exploradores desde o século XVI, conferir: COSTA, Maria de Fátima Gomes. **História de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

⁹ MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP / Moderna, 1997, p. 11.



A diplomacia portuguesa certamente conhecia a importância geo-política desta região. Alexandre de Gusmão sabia, desde 1744, que a oeste a fronteira natural deveria contemplar um enlace fluvial formado pelos rios Jauru, Paraguai, Madeira e Guaporé.

Não foi por acaso que um dos arremates simbólicos do Tratado de Madri tenha sido fixado próximo da foz do Jauru em janeiro de 1754, pelas Terceiras Partidas. Para a historiadora Maria de Fátima Costa, denominam-se *partidas*, no plural, porque além do fato de serem três, viajaram juntos portugueses e espanhóis, mas formaram equipes distintas com seus respectivos chefes e nominadas em separado: Terceira Partida portuguesa e Terceira Partida espanhola¹⁰

A *Laguna de los Xarayes* constituía-se, portanto, em um importante ponto de referência para os demarcadores, uma vez que constava em vários mapas desde o início do século XVI. Fundamentado no diário dos demarcadores das Terceiras Partidas, COSTA chama a atenção para a construção, por parte dos portugueses, do termo Pantanal “Pantanaes que se inundam nas cheias”. A mitificada Lagoa, tida como formadora dos rios e uma construção hispânica, reduzia-se, agora, a apenas um acidente geográfico sazonal, formado no período das cheias pelo espraiamento do rio Paraguai¹¹.

Delineava-se então a importância estratégica da Capitania de Mato Grosso, recém criada em 1748, o que para Domingos Sávio Garcia, permitiu a construção de uma barreira situada em frente ao império colonial espanhol, numa capitania caracterizada, desde o seu início, pela localização em uma região de difícil acesso e distante do litoral, centro do poder¹². Iria ter, ao final do século seguinte, após a guerra da Tríplice Aliança, uma parte de sua fronteira, a que se limita com a República do Paraguai consolidada, resolvendo com isso velhas disputas territoriais com o país guarani, bem como a livre navegação pelo rio Paraguai, vital para a subsistência de Vila Maria.

A cidade de Cáceres, uma das consequências das demarcações setecentistas já nasceu como “vila”, em homenagem a rainha de Portugal D. Maria I (1734-1816), porém, sem reunir os pré requisitos necessários. Fundada em 1778, foi erigida em paróquia em 1780, sob a invocação de São Luís¹³. Villa Maria do Paraguay somente viria ganhar tal estatuto oficialmente em 1859, com a criação da Câmara. Em 23 de junho de 1874 foi elevada à

¹⁰ COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). Anais do Museu Paulista. V. 17. n. 2, p. 189-214. jul-dez. 2009.

¹¹ COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999, p. 216.

¹² GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889)** uma Província na Fronteira do Império. Dissertação de Mestrado em História econômica. UNICAMP, Campinas, 2001, p. 7.

¹³ Luís IX de França (1214-1270), morto na Oitava Cruzada, o que influenciou a sua canonização em 1297, pelo papa Bonifácio VIII.



categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres, homenageando o santo francês, padroeiro da Paróquia e o fundador, o quarto governante da Capitania de Mato Grosso, o lusitano Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres¹⁴. Em 1938, através do decreto-lei nº 208, de 26/10/38, o município de São Luiz de Cáceres passou a denominar-se apenas Cáceres¹⁵.

Tapagem: uma rua de referência à memória da guerra da Tríplice Aliança

Tapagem é o nome de um episódio ocorrido durante a guerra da Tríplice Aliança, no qual tropas paraguaias, após a conquista de Corumbá, teriam supostamente subido o rio em direção à cidade de Cáceres, então Vila Maria. A mãe natureza e a divina providência teriam se encarregado de fazer a defesa: O canal do rio, nas proximidades da Lagoa Uberaba, fora totalmente coberto por espessas plantas aquáticas, causando o imediato retorno do inimigo a Corumbá.

Este fato está presente no imaginário da população cacerense (ou pelo menos em parte dela), transformando-se em uma espécie de monumento, a partir do ano de 1912, com a criação da *Rua da Tapagem*.

Este fenômeno vincula-se à narrativa dos vencedores da guerra, oriundos de uma historiografia que realça a memória remanescente dos combatentes “heróicos” e destemidos.

Há inúmeras documentações na Câmara Municipal de Cáceres tratando de renomeações de ruas, ligadas aos nomes e temáticas da guerra da Tríplice Aliança. No ano de 1912, durante o governo de João Campos Vidal, foi criado o “monumento” Rua da Tapagem. Este episódio foi narrado por vários historiadores. Em 1938 Gabriel Pinto de Arruda, por exemplo, publicou a obra *Um trecho do Oeste brasileiro*, em que evidencia o fenômeno:

Ao entrarem os navios nesta zona foram surpreendidos por estes enormes e então invencíveis obstáculos. E tentando transpô-los, mas não podendo por falta de meios, julgaram os comandantes que estavam sendo traídos pelos índios, não acreditando ser ali o caminho verdadeiro, apesar do juramento dos próprios selvagens.

Não aceitando os paraguaios enfurecidos as explicações que lhe eram dadas, regressaram a Corumbá, que já se achava em seu poder. Antes, porém da retirada, degolaram os infelizes índios que vinham servindo de práticos, tendo apenas um ou dois deles escapado milagrosamente, deste doloroso destino. Narraram eles depois este triste episódio perante testemunhos dignos de fé, como foi o marechal Antonio Aníbal da Motta, um dos gloriosos heróis do brilhante feito militar, a retomada de Corumbá. Devido

¹⁴ MENDES, Natalino Ferreira **História de Cáceres: História da Administração Municipal**. Tomo I, Cáceres: 1973, p. 41, 59 e 75.

¹⁵ *Ibidem*, p. 173.



talvez a este feliz acaso, não foi esta cidade invadida pelos inimigos, e como lembrança deste acontecimento foi dada a uma das suas ruas o nome de Rua da Tapagem¹⁶.

Vila Maria não tinha condições de fazer frente a uma invasão dos paraguaios, que já haviam conquistados várias cidades no sul da província.

(...) esse fenômeno salvou São Luiz de Cáceres em 1865. Os paraguaios seguiram nas águas dos fugitivos e deram na altura da Lagoa Mandioré, com um mar de aguapés ou camalotes e não podendo romper o espesso tapete de verdura, retrocederam acreditando que ali nascesse o rio Paraguai¹⁷.

Torna-se interessante, neste trecho, o fato de o narrador observar que os paraguaios acreditavam que haviam chegado ao local onde nascia o rio Paraguai, uma crença até o final do século XVIII no mito da Lagoa de *Los Xarayes*, uma construção dos exploradores espanhóis, tida como formadora dos rios da região e que a partir de então ela passaria a ser conhecida pelos portugueses como apenas *Pantanaes*, ou seja, o espraiamento deste rio.

A nossa cidade teve como defesa a própria natureza. Vila Maria consagrada a São Luiz teve na providência a guarda soberana. De todas as direções do Paraguai e afluentes, mãos invisíveis transportaram camalotes, capim e outros vegetais, para as imediações da Lagoa Uberaba. Ali, numa trama ideal, a vegetação enlaçada, misturada, comprimida, tapara por completo o canal do rio, navegável¹⁸.

Combinando exaltação à natureza com profundo sentimento de fé na providência divina, o autor acima narra uma verdadeira conspiração da natureza contendo o ímpeto de um poderoso inimigo.

O episódio da Tapagem é uma construção histórica, que, ao que me consta, não encontra respaldo documental quanto ao seu acontecimento ou não. Logo, a melhor forma de apreendê-la é através da tese central de Foucault e a mais original, segundo Paul Veyne: *O que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da História; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito*¹⁹.

¹⁶ ARRUDA, Gabriel Pinto de. **Um trecho do oeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Borsoi & Cia, 1938, p. 44-45.

¹⁷ BARROS JR, Francisco de apud MENDES, Natalino Ferreira. **Memória Cacerense**. Cáceres-MT: Carlini e Carniato, 1998.

¹⁸ MENDES, Natalino Ferreira. Op. Cit. 1998, p. 159.

¹⁹ VEYNE, Paul Marie. Foucault Revoluciona a História. In: **Como se Escreve a História**. Brasília: Ed. UNB, 1998, p. 257.



Evidenciar os porquês da “invenção”²⁰ do fenômeno da Tapagem, em variados contextos históricos, torna-se uma importante tarefa do professor pesquisador. Contextualizar e problematizar o *Marco do Jauru* ou a *Rua da Tapagem* pode vir a ser um importante instrumento didático para se articular o tempo presente, contemporâneo e o tempo passado, delimitado pelo objeto e objetivos inerentes à sala de aula. Nos casos mencionados, podem-se estabelecer articulações dos monumentos citadinos com o processo de demarcação da fronteira no século XVIII ou abordar o conflito bélico no Prata no final do século XIX, respectivamente. Romperemos, com isso, a ideia de que a História é passado, algo empoeirado e distante. Longe disso, ela manifesta-se em um intenso e complexo diálogo com o tempo presente.

A Retirada da Laguna: uma debandada épica da guerra

O episódio da Fazenda Laguna²¹ merece especial atenção por ser a única obra de Alfredo d’Escagnolle Taunay (1843-1899) escrita originalmente na língua francesa. Analisar a configuração histórica da sua produção significa observar alguns fatores intrigantes que envolveram a narrativa e as intenções de se registrar uma memória por parte do autor e do Império Brasileiro. Nesse espaço é que se pode verificar onde a história se mescla à ficção para dar corpo à expansão do ideário monárquico.

Outra especificidade no futuro visconde de Taunay seria o fato de que sua narrativa, sobre uma retirada ou debandada de um corpo do exército brasileiro, tornou-se uma das principais referências da guerra, apesar das batalhas decisivas, que iriam mudar os rumos do conflito, estarem ocorrendo longe dali, mais ao sul, no rio Paraguai.

Temos então uma produção discursiva, sobre um episódio que envolveu o Império e algumas Repúblicas do Prata, no final do século XIX, escrita em uma língua estrangeira, por um brasileiro, impressa em solo nacional e apoiada pelo Estado, em um momento histórico de implantação projetos de integração territorial e de identidade nacional.

Os escritos de Taunay podem ser abordados enquanto discursos, participantes de uma ordem pré-estabelecida e negociada entre os pares, ou seja, uma *Ordem do Discurso*²². Essa ordem, de acordo com Luiz Costa Lima (1989, p. 90), pode ser entendida como um fato

²⁰ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: **História: a arte de inventar passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru – SP: Edusc, 2007.

²¹ O relato trata da debandada de um corpo do exército brasileiro, da qual o escritor fazia parte, a partir da Fazenda Laguna, no Paraguai até o rio Aquidauana no sul da Província de Mato Grosso, percorrendo 39 léguas em 35 dias.

²² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France. Paris, Galimard, 1971.



social que visa à institucionalização de certas formas de indagação, de reflexão e mesmo de expressão; o que implica diretamente expulsar e mesmo interditar outras²³.

O contexto da segunda metade do século XIX evidencia a Monarquia brasileira circundada por diversas Repúblicas emancipadas da Espanha, marcado por inúmeros acontecimentos e tendências políticas promovidos por diversos sujeitos.

Alfredo d'Escragnolle Taunay elaborou, durante toda a sua vida, várias narrativas. De sua vasta produção histórico-literária o romance *Inocência* (1872) e o relato histórico-literário de *A Retirada da Laguna* (1879)²⁴, tornaram-se célebres. Traduzidas para várias línguas, expressaram o desejo de uma época de se descobrir e “povoar” os sertões do interior do país e de se legitimar um discurso para o projeto de identidade e unidade nacional, desde que “hierarquizado” pela elite intelectual do Império Brasileiro.

Fazia-se necessário, para tanto, extirpar a “ameaça” republicana existente nas Américas, cujo expoente máximo personificava-se na figura do então presidente da República Guarani, Francisco Solano López.

Estrategicamente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), daria suporte às publicações de trabalhos históricos, etnográficos e geográficos²⁵. Possuía estreitas ligações com outros institutos europeus como o *Institut Historique de Paris*, que já estava em funcionamento desde o ano de 1834²⁶.

O IHGB, com o intuito de patrocinar produções historiográficas, carregadas de sentidos políticos, delegava à elite letrada imperial, geralmente funcionários públicos de carreira, ocupando altos cargos no aparelho estatal imperial²⁷, a missão de expandir as “luzes” do saber ao interior da nação. Era necessário justificar a singular condição imperial na América do Sul.

²³ BENATTI, Antonio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP, UNICAMP, 2000, p. 63-103.

²⁴ Os cinco primeiros capítulos de *A Retirada da Laguna* foram publicados em 1868, com dedicatória do pai do escritor, Félix Émile Taunay ao imperador. A versão integral, que ainda seria reelaborada, só foi publicada em 1871 pela imprensa nacional, por ordem do Visconde do Rio Branco, ministro da Guerra. Em 1879 foi publicada em Paris a versão definitiva. Em 1874 Aparece a primeira tradução para o português, elaborada por Salvador de Mendonça (diplomata, jornalista, escritor e um dos membros da Academia Brasileira de Letras).

²⁵ MENDES, Luís César Castrillon. **Publicar ou Arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)**. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2010.

²⁶ Conferir CARRARO, Elaine Cristina. **O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2002.

²⁷ Sobre a formação e composição dessa elite, bem mais homogênea se comparada à elite dos países republicanos vizinhos, conferir CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



Através da narrativa da Laguna se poderia legitimar o presente, que se efetuaría sobre um terrível adversário, a nação paraguaia, o expoente máximo da “barbárie” republicana.

A guerra poderia, portanto, ter uma dupla finalidade: acabar com a “subversão” republicana e construir a imagem de um Império como uma frente avançada da civilização luso-francesa nos trópicos. A escrita nacional teria assim os seus “destinatários” não apenas no plano interno, mas também, e principalmente, no plano externo. Isso explicaria o fato de se escrever a narrativa em uma língua estrangeira²⁸. Escrita na língua francesa possuía objetivos claramente definidos, quais sejam, veicular na Europa o caráter “civilizatório” empreendido pelo Estado Monárquico e patrocinar uma integração do interior, tido como exuberante, inóspito e incivilizado à jovem nação imperial, em formação.

Portanto, na delicada situação geopolítica da Bacia do Prata, a Província de Mato Grosso desempenhou um papel fundamental, pois geograficamente posicionava-se como uma espécie de barreira ao expansionismo paraguaio. O Império necessitava investir no aparelhamento do exército, ainda em situação precária, nesta distante província.

O Visconde de Taunay constitui-se, dessa forma, como uma interessante fonte acerca do Segundo Reinado, já que, nos termos de Castrillon-Mendes, seu olhar foi plasmado em Mato Grosso. O visconde pode ser analisado como um *viajante atípico* que se transformou em escritor. Um viajante que se construiu viajando; não pensava em viajar, nem tampouco planejou tal viagem, porém, muito contribuiu para o reconhecimento do interior do Império, num momento histórico de profundas contradições e instabilidades políticas²⁹.

É bem verdade que na ausência de outra fonte que relate esse episódio, somos obrigados a “acreditar” no Visconde de Taunay e isso é um perigo para o historiador, mas uma fonte narrativa das mais ricas para o literato. Porém, sua narrativa na *Retirada* pode ser comparada a outra, do mesmo autor, composta no final de sua vida, já no período republicano, suas *Memórias*, que constituem um material que estava encerrado na Arca do Sigilo do IHGB, aberta somente em 1948.

Todo o sentimento épico de uma composição elaborada no auge da guerra, compromissado com o Estado monárquico cede espaço para a resignação, desapontamento e ressentimento para com o atual regime de governo. O público alvo, bem como suas intenções, modificaram com o passar do tempo:

²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, p. 5-27.

²⁹ CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Taunay viajante e a construção imagética de Mato Grosso*. Tese de Doutorado em Letras. UNICAMP, Campinas, 2007.



Observarei aqui, entre parênteses e levado pelo arrastamento da verdade, que os serviços da nossa comissão nunca foram lá muito valiosos à expedição. Todos nós comodistas e saídos de fresco da escola militar, primávamos por muita pretensão, que não se afirmava de modo algum nos resultados práticos, e qualquer trabalho nos custava tão pouco por quisermos em tudo aplicar as regras de rigorosa teoria. Enfim para diante tudo tão caro pagamos e tanto sofremos da sorte, que muita coisa nos deve ser desculpada³⁰.

Essa confissão do relator oficial do exército acerca das operações em território paraguaio, elaborada a partir de 1890, só vieram ao conhecimento do público, de acordo com a vontade do escritor, após cinquenta anos de sua morte.

Comparando-se à narrativa da Laguna, elaborada no calor da guerra, num tempo histórico de construção e legitimação de uma unidade nacional, fundamentada na “civilização” do interior do país, evidenciou-se outro momento político. Alfredo Taunay preocupava-se agora não mais com o Imperador e as elites monárquicas, mas, com os seus futuros leitores do novo século.

Testemunhando os primeiros passos do sistema republicano no Brasil, pode-se notar um tom melancólico nas suas palavras. O sonho de uma nação imperial nos trópicos esvaiu-se com a deposição e exílio de Pedro II. Taunay poderia agora revelar, em seu ostracismo político, sem nenhum constrangimento, suas fraquezas e fiascos, ou seja, os bastidores de um projeto civilizatório da Monarquia brasileira para as Américas.

Assim pensados, os “lugares de memória” aqui colocados são monumentos de um passado frequentemente revisitado. Os olhares que se colocam hoje sobre eles são passíveis de variadas interpretações que os transformam em objetos simbólicos da memória, principalmente, no caso da memória da fronteira oeste, foco dos conflitos historicamente marcados que continuam a reverberar sentidos.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: **História: a arte de inventar passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru – SP: Edusc, 2007.

ARRUDA, Gabriel Pinto de. **Um trecho do oeste brasileiro**. Rio de Janeiro, 1938.

³⁰ Visconde de Taunay, *Memórias*, p. 189.



BENATTI, Antonio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP, UNICAMP, 2000, p. 63-103.

CARRARO, Elaine Cristina. **O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante e a construção imagética de Mato Grosso**. Tese de Doutorado em Letras. UNICAMP, Campinas, 2007.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Tomo II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

_____. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). **Anais do Museu Paulista**. V. 17. n. 2, p. 189-214. jul-dez. 2009.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France. Paris, Galimard, 1971.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889) uma Província na Fronteira do Império**. Dissertação de Mestrado em História econômica. UNICAMP, Campinas, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº. 1, 1988, p. 5-27.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Luís Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora UNESP / Moderna, 1997.

MENDES, Luís César Castrillon. **Publicar ou Arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)**. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2010.



MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: História da Administração Municipal.** Cáceres, 1973.

_____. **Marco do Jauru.** Palestra proferida no Quartel do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 17/06/1981. Cáceres-MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1983.

_____. **Memória Cacerense.** Cáceres: Carlini e Carniato, 1998.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai: como construímos o conflito.** São Paulo/Cuiabá: Contexto / Editora da UFMT, 1998.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dezembro/ 1993.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. [1879] **A Retirada da Laguna.** Trad. Sérgio Medeiros. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

VEYNE, Paul Marie. Foucault Revoluciona a História. In: **Como se Escreve a História.** Brasília: Ed. UNB, 1998. ARAUJO, Bernadete Durães. Cáceres: Vila Maria do Paraguai. Cuiabá: BDA, 2006.